



Saúde Pública e Sexualidade: Fatores de risco, prevenção e enfrentamento contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis.

ARRUDA NETO, Orlando de Paula
CAMARGO, Cristina Bianca
CANO, Ana Patrícia Fleitas
CANO, Lourdes Inez Fleitas
PAULA, Janaina Bueno de

Acadêmicos do curso de Formação de Psicólogos da FAEF/ACEG – Garça – SP.
e-mail: orlando.psiq@hotmai.com

NASCIMENTO, Dra. Edinalva Neves
Mestre e Doutora em Educação e Docente do Curso de Formação de Psicólogos da FAEF/ACEG
Garça – SP.
e-mail: projetosaudemaria@gmail.com

RESUMO

As doenças sexualmente transmissíveis (DST) são consideradas um grave problema de saúde pública, em razão do grande número de pessoas que podem contrai-las ou que já estão infectadas principalmente através da relação sexual entre os indivíduos que não se sentem vulneráveis e em situação de risco para contrair uma doença, por esse motivo não aceitam as medidas preventivas como, por exemplo, o uso de preservativo, dessa forma é primordial que seja feito o enfrentamento das DST, sendo uma questão prioritária na formulação das políticas públicas.

Palavras-chave: Prevenção às DST, saúde sexual, sexualidade, fatores de risco para DST

ABSTRACT

Sexually transmitted diseases (STD) are considered a serious public health problem, due to the large number of people that can contract them or who are already infected mainly through sexual relationship between individuals who do not feel vulnerable and at-risk of contracting a disease, therefore not usually accept preventive measures such as, for example, condom use, thus it is essential that it is done to combat STD, as it is a priority in the formulation of public policies.

Keywords: STD prevention, sexual health, sexuality, risk's factors for STD

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido por um grupo de 06 alunos do 9º termo do curso de Formação de Psicólogos. Trata-se de um trabalho que integra a disciplina de Seres Humanos em Situações de Risco. Este tema foi selecionado pela estreita aproximação com a formação e atuação psicológica.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 1999), entre os adolescentes e a população em geral poucos usam o preservativo, principalmente os casais em relação estável, mesmo tendo seu duplo benefício, proteção contra DST e prevenção de gestações indesejadas. Um aspecto que pode ser considerado neste sentido de rejeição do preservativo são as crenças, mitos, preconceitos, tabus pessoais ou de impedimentos morais e religiosos encontrados na comunidade e redes sociais (TORRES; BESERRA; BARROSO, 2007).

Nesse contexto, é fundamental a capacitação das equipes de agentes comunitários, equipes da saúde da família e profissionais de saúde para promoção da prevenção das DST e da gravidez indesejada; outro fator a ser ressaltado neste sentido é que esses profissionais estejam preparados para efetuarem o acolhimento desses jovens respeitando seus direitos sexuais e à saúde integral, principalmente os rapazes na faixa etária entre 13 aos 24 anos, cuja principal forma de transmissão é a homossexual.

Desta forma, o objetivo deste estudo é verificar quais as possíveis situações de risco que levam as pessoas a contrair as doenças e de que forma elas podem tratar ou eventualmente encontrar a cura.

2. MÉTODO

Este artigo é um trabalho de revisão bibliográfica sobre fatores de risco, prevenção e enfrentamento contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis. O levantamento foi realizado através de pesquisa na base de dados da Internet *Scientific Electronic Library On Line* (SCIELO) e fontes paralelas como livros e jornais. Foram utilizados na busca os seguintes descritores: Prevenção á DST, saúde

sexual, fatores de risco para DST, sexualidade. Os critérios de inclusão dos artigos foram: apenas os artigos encontrados na íntegra e em português.

3. DESENVOLVIMENTO

A prevenção da DST na atenção à saúde sexual entre os jovens ainda é um grande desafio, e o impacto causado pela epidemia da AIDS entre os mesmos, é um fator determinante para que seja dada atenção especial no fortalecimento da rede de saúde, principalmente em relação à atenção primária (BELLENZANI; SANTOS; PAIVA, 2012).

As doenças sexualmente transmissíveis (DST) são freqüentes em todo o mundo, e entre as mulheres tem ocorrido um aumento cada vez maior dos casos de HIV/Aids, observando que em grande porcentagem a contribuição para a transmissão do vírus ocorre através das relações sexuais, porém não sendo esta a única forma de contágio. Na América Latina, aproximadamente 1,3 milhões de pessoas estão infectadas, sendo que entre os adultos, 25% são mulheres. De acordo com dados do Ministério da Saúde, presume-se que no Brasil o número de portadores ultrapasse 500 mil e, mais de 190.000 casos foram registrados entre os anos de 1980 e maio de 2000, sendo que desses casos acumulados 25% ocorreram em mulheres e aproximadamente metade delas na faixa etária dos 20 a 34 anos. Atualmente, percebe-se que a participação feminina tem sido crescente entre os novos casos de AIDS, na proporção de dois homens para cada mulher (SILVEIRA et al, 2002).

Na adolescência é onde se percebe grande vulnerabilidade física, psicológica e social. Esta vulnerabilidade pode ser entendida como a interação dos fatores individuais do ser com fatores sociais nos quais está envolvido, podendo tornar-se um indivíduo mais vulnerável ou menos, dependendo de sua capacidade de reinterpretar criticamente mensagens sociais de perigo. O universo do adolescente deve ser analisado de forma multifacetada, no qual os grupos sociais da família, escola, amigos, serviço de saúde e mídia são fundamentais na sua formação. Essa

é uma questão relevante, quando se faz referência à sexualidade, já que a percepção juvenil é formulada justamente a partir de suas diversificadas experiências cotidianas. A distribuição de preservativos aos adolescentes deve ser uma questão prioritária na formulação das políticas públicas (TORRES; BESERRA; BARROSO, 2007).

A maior parte das mulheres apresenta um ou dois comportamentos de risco. Os comportamentos mais comuns são: o início precoce da atividade sexual, o não uso de preservativos e uso de álcool/drogas pelo parceiro. O estudo também mostrou que a autopercepção de vulnerabilidade não é um bom indicador, pois as mulheres não identificam corretamente seu nível de risco. A autopercepção adequada contribuiria para ajudá-las a evitar comportamentos e situações de risco, assim como adotar rotineiramente medidas preventivas, como o uso de preservativos nas relações sexuais (SILVEIRA et al, 2002).

Durante os relatos levantados em pesquisa por Hebling e Guimarães (2004), as mulheres demonstram o conhecimento de que o risco de contaminação pode ocorrer de outras formas, como pelo uso de drogas, compartilhamento da mesma seringa, pessoas que se relacionam de maneira promíscua, e neste período em especial os adolescentes que devido ao início imaturo de relações sexuais e constantes trocas de parceiros, colocam-se em risco ignorando a possibilidade de serem infectados.

Em um estudo realizado entre motoristas de ônibus na cidade de São Paulo, realizado por Guerriero, Ayres e Hearst (2002), os autores constataram que, para os homens, a infidelidade masculina é permitida mesmo com os riscos de contrair alguma DST, e o preservativo é utilizado como forma contraceptiva para evitar uma gravidez indesejada e o pagamento de pensão alimentícia. Os autores constataram que para esses profissionais o preservativo não tem função de prevenção de doenças. Foi constatado que todos conseguem responder questionamentos sobre DST, porém também foi verificada que os homens têm uma crença cultural de que as DST, em especial a AIDS, são doenças de “outros” (homossexuais, prostitutas, etc.) e eles não se consideram vulneráveis porque só mantém relações sexuais sem

preservativo com pessoas que conhecem. Apontam como dificuldades para o uso frequente do preservativo: o alto custo, a alteração estética (a cor do pênis com o preservativo), a dificuldade na colocação do preservativo durante a relação sexual por medo de interromper a excitação e causar a perda da ereção, a modificação na sensibilidade do pênis, diminuindo o prazer, e a conseqüente diminuição do prazer sexual feminino, que poderia ser considerado como um pior desempenho masculino.

Por outro lado, pouco se discute dentro dessa perspectiva de incrementar as ações cotidianas de prevenção e do cuidado da saúde sexual. Tomando-se por base que as atividades preventivas realizadas por esses profissionais da saúde, agentes comunitários e equipe da família atuam diretamente com os adolescentes e também suas famílias no PSF, e já realizam algumas atividades de prevenção, tais como: exame de Papanicolau, atendimentos da enfermagem às mulheres, planejamento familiar e pré-natal, teste de gravidez, grupos educativos, visitas domiciliares, reuniões com a comunidade, palestras em escolas e em espaços da comunidade e ações intersetoriais, no caso da saúde sexual, ao preservativo, aos medicamentos para tratamento das DST, os exames ginecológicos ou urológicos e aos métodos contraceptivos, entre outros (BELLENZANI; SANTOS; PAIVA, 2012).

Segundo Bellenzani, Santos e Paiva (2012, p. 644), a atuação ativa desses profissionais além de reconhecer as necessidades dessa população jovem, possibilitaria ao mesmo a percepção sobre a comunidade que o mesmo atende e que poderia levá-lo a identificar os reais problemas de saúde, sexualidade, DST, violência sexual entre outros, ou seja, essas percepções e conhecimentos sejam articulados às ações e atividades. Incluindo, por exemplo: a distribuição de preservativos, mais diálogo sobre prevenção; sensibilizar, mobilizar, reunir pessoas para atividades coletivas, além de potencializar a prevenção durante as visitas domiciliares.

Entende-se, portanto que pela grande mobilidade e flexibilidade com que esses profissionais agem dentro da comunidade e em suas residências, eles teriam enorme potencialidade em realizar a distribuição do principal recurso/material para a prevenção das DST/HIV, o preservativo.

Nessas situações é preciso destacar alguns pontos: oferecer informações completas e em linguagem clara sobre as formas de contágio e tratamentos; incentivar a utilização do preservativo como forma contraceptiva e preventiva; indicações dos serviços oferecidos pela rede pública de saúde, tais como: teste de HIV, distribuição de preservativos, tratamentos e orientações sobre DST e AIDS.

Para Zambenedetti (2012), os homens raramente buscam os serviços públicos de saúde, que é onde se concentram as ações preventivas em saúde reprodutiva. As unidades de saúde não são, definitivamente, o local ideal para conscientizá-los seja pela dificuldade de sair do emprego para dirigirem-se a uma UBS, ou pela necessidade da criação de uma imagem de super-homem invulnerável, os homens acabam criando uma barreira em redor de si que dificulta o trabalho dos agentes de saúde.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento bibliográfico feito para este artigo demonstrou que as informações existem, os meios de prevenção são disponíveis, porém a cultura, popular e religiosa, impede, em muitos casos, o total aproveitamento dos recursos disponibilizados pelas políticas públicas na prevenção das DST.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). **Manual de controle de doenças sexualmente transmissíveis**. Brasília (DF): Coordenação Nacional de DST e AIDS/ Secretaria de Políticas de Saúde; 1999.

TORRES, C. A.; BESERRA, E. P; BARROSO, M. G. T. Relações de gênero de e vulnerabilidade como doenças sexualmente transmissíveis: percepções sobre a sexualidade dos adolescentes. **Esc. Anna Nery**, v.11, n.2, p.296-302, Jun. 2007.

BELLENZANI, R.; SANTOS, A.O.; PAIVA, V. Agentes comunitárias de saúde e a atenção à saúde sexual e reprodutiva de jovens na estratégia saúde da família. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.21, n.3, Sept. 2012 .

SILVEIRA, F.M. et al. Autopercepção de vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis e aids em mulheres. **Rev Saúde Pública**, v.36, n.6, p.670-7, 2002.



PSICOLOGIA

FAIEF - Garça

Revista Eletrônica Científica

GUERRIERO, I.; AYRES, J.R.C.M.; HEARST, N. Masculinidade e vulnerabilidade ao HIV de homens heterossexuais, São Paulo, SP. **Rev. Saúde Pública** [online], v.36, n.4, p.50-60, 2002.

ZAMBENEDETTI, G. Sala de espera como estratégia de educação em saúde no campo da atenção às doenças sexualmente transmissíveis. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.21, n.4, Dec. 2012.

HEBLING, EM; GUIMARÃES, IRF. Mulheres e AIDS: relações de gênero e o uso do preservativo com parceiro estável. **Cadernos de Saúde Pública**, v.20, n.5, p.1211-1218, 2004.